

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal Brasília Ambiental

Assessoria de Comunicação

Boletim de Serviço, de 30 de agosto de 2023

Autorização Ambiental SEI-GDF n.º 57/2023 - IBRAM/PRESI

Processo nº: 00391-00003366/2023-42

Documento nº: Parecer Técnico n.º 665/2023 -

IBRAM/PRESI/SULAM/DILAM-IV

Interessado: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito

Federal (EMATER-DF)

CNPJ: 00.509.612/0001-04

Endereço: Conforme quadro no item 3.

Coordenadas Geográficas: Conforme quadro no item 3.

Bacia Hidrográfica: Conforme quadro no item 3.

Porte: Grande

Potencial Poluidor: Alto

Registro no CAR: Não se aplica

Atividade Licenciada: Canais de irrigação

Prazo de Validade: 01 (um) ano

I – DAS INFORMAÇÕES GERAIS:

- 1. A publicação da presente Autorização Ambiental será feita no site do Brasília Ambiental, por meio do Boletim de serviços, conforme Art. 11 da da Resolução n° 09, de 20 de dezembro de 2017;
- 2. O BRASÍLIA AMBIENTAL, observando o disposto no Art. 19 da Resolução CONAMA n.º 237/97, poderá alterar, suspender ou cancelar a presente Autorização Ambiental;
- 3. Qualquer alteração nos projetos previstos para a atividade deverá ser precedida de anuência documentada deste Instituto;

- 4. O BRASÍLIA AMBIENTAL deverá ser comunicado, imediatamente, caso ocorra qualquer acidente que venha causar risco de dano ambiental;
- 5. Deverá ser mantida no local onde a atividade está sendo exercida, uma cópia autenticada ou o original da Autorização Ambiental;
- 6. Esta Autorização não dispensa a exigência de outros licenciamentos e permissões perante demais órgãos da esfera Distrital ou Federal;
- 7. A presente Autorização Ambiental está sendo concedida com base nas informações prestadas pelo interessado;
- 8. Outras CONDICIONANTES, EXIGÊNCIAS E RESTRIÇÕES poderão ser exigidas por este Instituto a qualquer tempo.

II – DAS OBSERVAÇÕES:

As condicionantes da Autorização Ambiental nº 057/2023, foram extraídas do Parecer Técnico nº 665/2023 - IBRAM/PRESI/SULAM/DILAM-IV, do Processo nº **00391-00003366/2023-42**.

III - DAS CONDICIONANTES, EXIGÊNCIAS E RESTRIÇÕES:

A presente Autorização Ambiental é válida somente para os canais especificados no **Quadro** abaixo:

Quadro - Relação dos canais de irrigação cuja revitalização é objeto do pedido de Autorização Ambiental instruído no processo 00391-00003366/2023-42.

CANA L	RA	BACIA HIDRO GRÁFIC A	UNIDA DE HIDRO GRÁFIC A	UNID ADE DE GEST ÃO	COORDENADAS DO PONTO DE CAPTAÇÃO (DATUM: SIRGAS 2000, FUSO 23, UTM)		COMPRI MENTO TOTAL (m)	COMPRI MENTO EM APP (m)	OUT ORG A (DOC . SEI)	KML (DOC . SEI)
					Е	N				
Lagoi nha	Plana Itina	Rio Preto	Ribeirã o Extrem a	Córre go Barro Preto	241435 ,8871	825538 8,7873	4425	610	1158 8036 8	1194 3943 3
Rio Preto II	Plana Itina	Rio Preto	Ribeirã o Extrem a	Ribeir ão Extre ma	227896 ,2129	826008 6,3456	1031	82	1158 7937 5	1194 4035 7
Capã o Seco	Paran oá	Rio Preto	Baixo Rio Jardim	P. 1 - Córre go		P1. - 823369	5525	855	1158 8073 9	1194 3819 6

				Lama rão;	,3445	2,2680				
					P.2 -	P.2 -				
				P. 2 -	22600	823297				
				Aflue	4,2710	6,4973				
				nte						
				do						
				Córre						
				go						
				Lama						
				rão.						
Sobra dinho	Sobra dinho II	São Bartolo meu	Ribeirã o Sobradi nho	Ribeir ão Sobra dinho		826899 5,8613	5580	1295	1194 0210 0	1194 3977 2
Márci			Ribeirã	Ribeir					1150	1194
а	Plana	Maranh	О	ão	214696	827991	5243	357	1158 8403	4141
Corde iro	ltina	ão	Palmeir as	Palm eiras	,4648	6,2107	3243	337	1	4
			Rio	Rio					1158	1194
Ponte	Gama	Corumb	Ponte	Ponte	813778		3169	281	8366	4172
Alta	Carria	á	Alta Alta		,1535*	1,7812*	3103	201	0	2

^{*}Coordenadas em SIRGAS 2000, Fuso 22, UTM.

- 2. Identificada a necessidade de supressão de vegetação nativa, ela necessariamente deverá atender aos preceitos do Decreto Distrital nº. 39.469/2018 e somente poderá acontecer quando autorizado pelo IBRAM;
- 3. As regularização dos canais nos trechos contidos em Área de Preservação Permanente somente será feita com apoio predominante de instrumentos manuais (pás, enxadas, enxadões) e eventualmente por miniescavadeira, vedada a supressão de vegetação nativa;
- 4. Recolher os resíduos sólidos gerados durante a realização da oba e dar a destinação adequada, sendo proibida a disposição e a queima a céu aberto (Lei Distrital nº 5.418 de 24 de novembro de 2014; Lei Distrital nº 4.329/2009)

RÔNEY TANIOS NEMER

Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal -BRASÍLIA AMBIENTAL

Presidente